

UM IRLANDÊS NA MARINHA DO BRASIL (11)

Causas e conseqüências

Introdução – (Publicada no 3º trim/2004)

Capítulo I – O cenário externo: 1750-1889 – (Publicado nos 2º, 3º e 4º trim/2005, 1º, 2º e 3º trim/2006; 1º, 2º trim/2007; 1º trim/2008 e neste número)

Capítulo II – O cenário interno: 1750-1889

Capítulo III – A Marinha Imperial como conseqüência

Capítulo IV – Os descendentes de Hayden

Capítulo V – Conclusões e proposições

Apêndice

JOSÉ MARIA DO AMARAL OLIVEIRA
Almirante-de-Esquadra (Ref^{va})

SUMÁRIO

Capítulo I – O cenário externo: 1750-1889

PARTE XI

A ambiência europeia no século XIX
A reconstrução da Europa
O período das insurreições (1815-1849)
A influência social agregada à crise econômica
O pretendido retorno às glórias napoleônicas
O surgimento de uma Alemanha Imperial
A rainha dos mares e o contestador
O novo império
A guerra Estados Unidos-Espanha

A AMBIÊNCIA EUROPEIA NO SÉCULO XIX

Nos 80 anos decorridos entre o final das guerras napoleônicas (1815) e o início do conflito entre Estados Unidos e Espanha (1895), a influência dos eventos que se sucederam no continente europeu continuou a representar o fator predomi-

nante na acomodação, quanto possível, dos interesses particulares e do enfrentamento das ameaças conforme percebidas pelas demais comunidades deste pequeno planeta.

O delicado equilíbrio de poder que havia sido estabelecido na Europa após as conclusões do Congresso de Viena, em 1815, não poderia, por razões lógicas, manter-se inalterado por muito tempo.

Teriam que ser levadas em conta as novas idéias que surgiram e passavam a influenciar em escala mais ampla o pensar coletivo das diversas comunidades, uma realidade que teve sua origem nos conceitos propostos pelo Iluminismo no século anterior.

De maneira idêntica, havia os efeitos das significativas alterações introduzidas durante o período napoleônico no tocante a uma nova “arrumação” geográfica e política do continente europeu, um fato que teve como conseqüência o despertar do sentimento de um nacionalismo, algo inédito ou pouco influente até então no convívio entre comunidades.

Teriam de ser levadas em conta, também, as conseqüências do atendimento imediato dos interesses quanto à partilha dos “lucros” decorrentes da lógica do direito dos vencedores no conflito contra a França, visando ampliar o seu poder, assim como estabelecer garantias para sua segurança.

O Congresso de Viena não deixou de representar, também, um processo de retomada vigorosa da prática do Absolutismo, com a presença marcante da aristocracia dita tradicional^{NA-1}.

É possível considerar que os interesses defendidos pelos representantes da Áus-

tria, Prússia, Rússia e Grã-Bretanha refletiam basicamente objetivos de curto prazo e não incluíam, por via de conseqüência, uma visão prospectiva ampla quanto aos prováveis efeitos das decisões que estavam sendo adotadas.

Sob este aspecto, considero (exceto em termos da Grã-Bretanha, a qual, por razões intrínsecas à natureza de seu próprio poder, incorporava uma visão estratégica global e essencialmente marítima) que as demais potências estavam mais preocupadas com a continuidade, consolidação e ampliação do seu predomínio no continente europeu^{NA-2}.

Nas reuniões do Congresso de Viena, a presença de Talleyrand, representando o “inimigo” ainda não totalmente derrotado, parece ter sido não apenas uma comprovação das qualificações peculiares de um personagem sempre atuante no período da França napoleônica. Mais do que isso, graças à sua competência como negociador e diplomata, passava a ser necessariamente o representante mais adequado de uma monarquia tradicional que procurava voltar ao poder em uma nação plenamente reconhecida como uma grande potência^{NA-3}.

A Espanha, Portugal e a Suécia também estiveram representadas no Congresso de

^{NA-1} Na realidade, o Congresso de Viena antecedeu a derrota final de Napoleão em Waterloo. Teve início em setembro de 1814, seis meses depois da primeira abdicação (abril 1814), e seu Ato Final foi em 9 de junho de 1815, ao passo que a batalha derradeira de Napoleão ocorreu em 18 de junho do mesmo ano.

Uma prática que foi repetida com maior sofisticação na Segunda Guerra Mundial antes da derrota final da Alemanha nazista e seus aliados. As reuniões de Teerã (novembro de 1943), Yalta (fevereiro de 1945) e Postdam (agosto de 1945) comprovam essa realidade.

^{NA-2} O modelo de governo conforme praticado na Grã-Bretanha possibilitava que os interesses da Monarquia fossem ajustados aos objetivos das demais forças políticas representativas da sociedade, as quais dispunham de uma presença atuante.

^{NA-3} Talleyrand (Perigord) Charles Maurice (1754-1838) foi seminarista e obteve sua ordenação como padre da Igreja Católica. Formado em Teologia pela Sorbonne, desde cedo demonstrou sua inclinação para a diplomacia. Em 1788, foi nomeado bispo de Autun. Partícipe dos Estados Gerais em 1789, opôs-se aos interesses da Igreja Católica Romana e transformou-se praticamente no primeiro “bispo da Revolução”. Excomungado pelo papa, renunciou à sua posição de bispo e tornou-se administrador do Departamento de Paris. No período do Consulado, apoiou o projeto de conquista do Egito. Durante o Império Napoleônico, foi ministro das Relações Exteriores e, inclusive, negociou o casamento de Napoleão com Maria Luísa da Áustria.

Viena, como partícipes secundários, muito mais em termos de uma presença simbólica relacionada à importância das monarquias do que por seu “valor” como atores imprescindíveis para as decisões que estavam sendo adotadas.

Talvez que a Espanha ainda pudesse significar um Império de relativa importância no cenário mundial, embora já fosse percebida sua decadência e as dificuldades enfrentadas para manter suas colônias, principalmente na América do Sul e Central.

Dentre as oito nações previstas para a assinatura formal dos acordos elaborados naquele Congresso, apenas a Espanha recusou sua aprovação, como um protesto às deliberações relativas aos “ajustes” dos territórios italianos. Essas deliberações negavam, em definitivo, quaisquer pretensões espanholas no tocante a uma ação de presença influente no Mediterrâneo Central.

A posição de Portugal era ainda mais desvantajosa. Ainda que D. João VI, já instalado no Brasil, tenha declarado guerra à França napoleônica e ocupado militarmente a Guiana Francesa em janeiro de 1809, a mudança de sede do Império lusitano para o Rio de Janeiro, mesmo sendo um fato inédito e contrário às pretensões de Napoleão, pouco representava na avaliação dos principais líderes europeus, plenamente conhecedores das deficiências portuguesas e de sua dependência da Grã-Bretanha.

A incorporação do Brasil ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, no final de 1815, pretendeu, dentre outros objetivos, reforçar uma presença portuguesa nas deliberações subseqüentes ao Congresso de Viena^{NA-4}.

A Suécia participou efetivamente das campanhas finais contra Napoleão e foi aquinhoadada com a posse da Noruega^{NA-5}.

Após o desastre de 1812, ao ser convidado para reassumir o Ministério das Relações Exteriores, recusou a oferta de Napoleão, uma vez que já estava envolvido com o planejamento do retorno dos Bourbons. No final de março de 1814, quando Paris estava ocupada pelos Aliados, o tsar da Rússia hospedou-se em sua residência, sendo praticamente convencido por Talleyrand de que, com a restauração dos Bourbons, a paz na Europa estaria assegurada.

Ao participar do Congresso de Viena e concordar com a cessão para a Prússia de grande parte das margens do Reno, criou certamente uma permanente ameaça à segurança francesa, o que foi plenamente confirmado em 1870, 1919 e 1939.

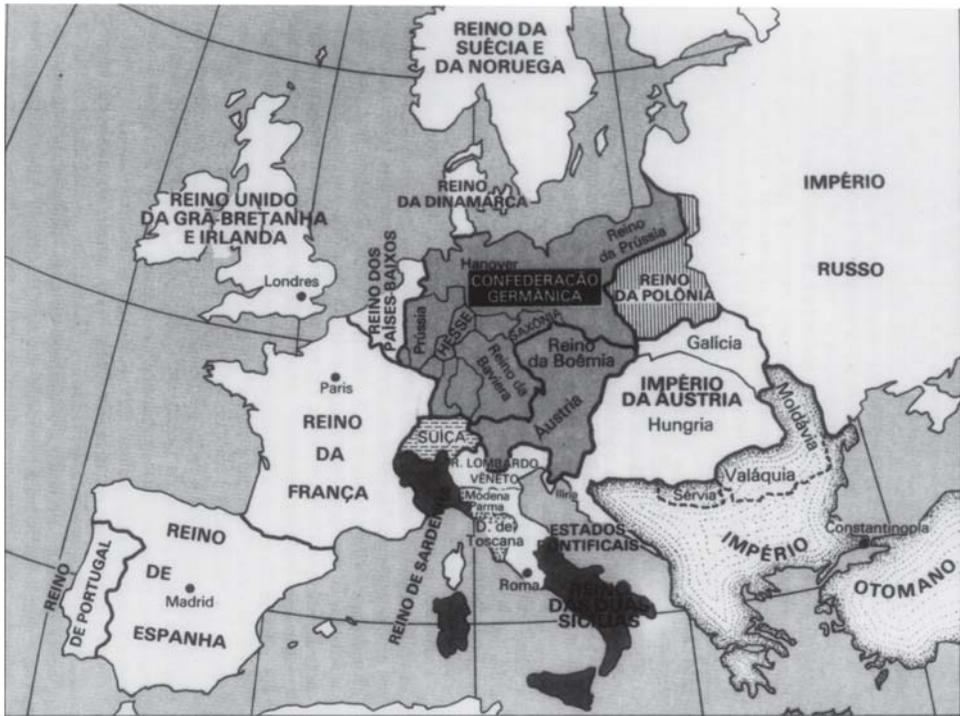
Participou do esquema para a deposição de Carlos X e a instauração do reinado de Louis Philippe. Como prêmio, foi nomeado, em 1830, embaixador da França na corte britânica. Lá permaneceu até 1834 e foi um ator importante nas negociações entre as duas nações das quais resultou a criação do reino independente e neutro da Bélgica.

^{NA-4} Dentre as medidas adotadas no Congresso de Viena, foi programada a realização de reuniões posteriores para “o trato dos grandes assuntos em comum, assim como a análise das medidas que, naquele momento, fossem julgadas necessárias e mais satisfatórias para a paz e prosperidade das nações e manutenção dessa condição na Europa”.

Foram realizados os congressos de Aix-La-Chapelle (1818); Troppau (1820); Laiback (1820) e Verona (1822). Em 1823, todavia, a seqüência dos congressos foi interrompida em definitivo, tendo em vista as diferenças de opinião entre a Grã-Bretanha e as autocracias continentais da Áustria, Rússia e Prússia quanto à serem adotadas contra movimentos revolucionários.

– Ver Lee, Stephen, *Aspects of European History*. Londres: Methuen, 1982.

^{NA-5} Parece-me interessante examinar com um pouco mais de detalhes as motivações que determinaram a presença da Suécia contra a França napoleônica. A nação nórdica obteve sua independência da Dinamarca em 1523, graças às ações de Gustavo I, o que deu origem à dinastia dos Vasa. Sem dúvida, Gustavo Adolfo II (1594-1623) foi o responsável pela transformação da Suécia em uma grande potência europeia, conseguindo, inclusive, por suas ações, que não se concretizasse a unificação dos Estados germânicos, algo que apenas se tornou realidade na segunda metade do século XIX.



Divisão da Europa pós-Congresso de Viena [1815] (ver Duroselle, *op. cit.*)

Durante os séculos XVII e XVIII, a Suécia viu-se envolvida em uma série de guerras contra a Rússia e a Prússia, obtendo vitórias significativas, ou desastrosas derrotas.

Coube a Carlos XIII (1748-1818), por circunstâncias do destino, estabelecer uma nova dinastia sueca. Idoso e sem descendentes, aceitou a proposição do Parlamento sueco e “adotou” como seu sucessor um militar francês, promovido por Napoleão a marechal da França quando das comemorações de sua coroação como imperador.

Jean Bastiste Bernadotte (1763-1844) é um dos personagens mais interessantes do período napoleônico. Seis anos mais moço que Napoleão, alistou-se no exército francês em 1790 e, por suas qualidades militares, atingiu o posto de general em 1794 (o mesmo ano da promoção de Napoleão). Estiveram juntos em 1797 na campanha da Itália. De início eram amigos, mas, progressivamente, estabeleceu-se um clima de rivalidade entre eles, situação que iria perdurar com maior ou menor intensidade nos anos seguintes. Em janeiro de 1798, por exemplo, Bernadotte esperava ser o substituto de Napoleão no comando do exército da Itália. Ao contrário, por influências políticas, foi nomeado embaixador na Áustria (existem versões quanto a uma possível intervenção napoleônica). Seu casamento com Desirée Clary, antiga namorada de Napoleão (e, portanto, passando a ser cunhado de José Bonaparte, o irmão mais velho do “pequeno corso”), por certo não contribuiu para estreitar sua amizade com o futuro imperador francês. Bernadotte esteve presente em todas as campanhas que foram travadas pela França até 1810. Foi sempre criticado por Napoleão quanto ao seu desempenho. Ao aceitar o convite sueco, Bernadotte iniciou uma série de ações políticas e militares contra o Império napoleônico, tornando-se, a partir de 1812, aliado das potências coligadas contra a França.

A RECONSTRUÇÃO DA EUROPA

É possível identificar dois objetivos primordiais em todas as negociações do Congresso de Viena.

Em primeiro lugar, restabelecer, ou confirmar, a legitimidade tradicional das monarquias. Isto significava, por exemplo, eliminar os principados eclesiásticos da região italiana, as repúblicas aristocráticas de Veneza e Gênova e impedir a criação de novos Estados independentes, como era o caso da Polônia.

Em segundo lugar, considerava-se imprescindível fortalecer os grandes Estados monárquicos e, por meio da cooperação entre eles, impedir novas manifestações sociais violentas, semelhantes àquela que deu origem à Revolução Francesa.

Não era, todavia (conforme mencionei anteriormente), levado na devida conta algo que havia “sido liberado da lâmpada de Aladin” e que não poderia ser controlado: a percepção das nacionalidades. Aquele sentimento que normalmente se manifesta por meio do que entendemos por “opinião pública” e que incorpora o etnocentrismo; o desejo de igualdade e liberdade, ingredientes que não se coadunavam com as estruturas vigentes ou a serem implantadas pela autocracia e, por via de conseqüência, o Absolutismo oriundo do século XVIII.

As decisões que estavam sendo concordadas implicavam estruturas nas quais as

comunidades humanas supostamente de menor importância e independentemente de sua localização geográfica nada mais representavam do que objetos de troca para compor um cenário conforme planejado.

Dessa maneira, a Prússia receberia uma parcela do Saxe, a maior parte da Renânia, o que estabelecia uma fronteira comum com a França.

Para compensar as perdas da Áustria na região nordeste da Europa, uma vez que ela renunciava a suas possessões nos Países Baixos – demasiadamente distantes e de difícil defesa –, recebia como compensação grandes áreas nos Bálcãs e na Península Italiana – em resumo, as “províncias ilirianas” criadas por Napoleão e que reuniam italianos, iugoslavos, eslovenos e croatas; e finalmente, o reino lombardo-veneziano ao norte da Península.

Os pequenos ducados ao sul do Rio Pó passavam também a lhe pertencer (inclusive o de Parma, que foi doado a Maria Luísa, esposa de Napoleão).

Assim sendo, a Itália (como a conhecemos hoje) continuava a não existir. Para Metternich, o principal arquiteto das partilhas estabelecidas em Viena, “a Itália nada mais significa do que uma expressão geográfica”^{NA-6}.

Havia também a necessidade de estabelecer um cordão de segurança em relação à França.

Os Países Baixos, o bispado de Liege e, até certo ponto, o que hoje é a Bélgica fo-

^{NA-6} Clement von Metternich, ministro das Relações Exteriores da Áustria (1809-1848) e primeiro-ministro (1821-1848), foi, certamente, o estadista mais conservador no período pós-Waterloo. Inimigo ferrenho de qualquer forma de revolução, insistia em que deveriam ser mantidos no mais alto nível os poderes monárquicos. No seu pensar, “as leis legítimas e eternas estavam sendo ameaçadas pelas crescentes idéias de uma minoria perigosa que, deliberadamente, encorajava as mudanças com o emprego da violência, em vez de aceitar um processo evolutivo social e político corretamente articulado”. Para ele, o elemento fundamental para a convivência entre nações era o equilíbrio, fosse na política, na ambiência social ou nas relações internacionais. Graças à sua influência e persistência na defesa de suas idéias, exerceu profunda influência em todas as decisões do Congresso de Viena, assim como nas reuniões posteriores.

ram reunidos como um reinado para um descendente dos Orange, proporcionando, assim, um obstáculo a quaisquer iniciativas francesas contra a Grã-Bretanha e, por extensão, às áreas ocupadas pela Prússia no norte da Europa.

A França ficaria contida em suas fronteiras de 1792, e Luís XVIII, apoiado pelos adeptos da Restauração, “considerava-se altamente satisfeito” com a nova situação.

A Rússia recebeu a Polônia, e suas fronteiras no Ocidente avançaram até a Prússia Oriental. A Suécia obteve a Noruega.

Assim sendo, o antigo Sacro Império Romano-Germânico, que chegou a incluir 350 Estados (de diferentes matizes e dimensões), transformou-se em uma Confederação Germânica com 39 Estados, dentre os quais o Império Austríaco e o reinado da Prússia, que aumentaram sua influência no conglomerado germânico e, o que seria lógico, deram início à disputa por um predomínio naquela região^{NA-7}.

O PERÍODO DAS INSURREIÇÕES (1815-1849)

Insurreições, revoluções, motins, manifestações populares violentas e golpes de estado sempre foram eventos que, embora sob diferentes títulos e com características diversificadas, surgiram aqui ou ali no cenário mundial, no passar dos tempos.

Na maioria das vezes, todavia, ainda que ocorressem em um mesmo momento histórico, freqüentemente não possuíam motivações e objetivos idênticos, ou não sofriram a influência de ocorrências semelhantes em outras regiões.

O professor J. B. Duroselle, em sua obra *A Europa de 1815 aos nossos dias*, propõe que a Europa conheceu três “ondas” sucessivas de revoluções idênticas, em 1820, 1838 e 1848^{NA-8}.

O primeiro movimento de agitação popular surgiu na ambiência germânica, com uma grande participação dos universitários, e defendia a promulgação de constituições mais equânimes para os diversos Estados criados, ou confirmados, após o Congresso de Viena. A presença de Metternich e sua influência nas decisões assumidas foram responsáveis pelas ações repressivas dos governos, as quais impediram que essas manifestações se transformassem em um movimento revolucionário abrangente.

O mesmo episódio ocorreu na Espanha, desta vez com o apoio das tropas sediadas em Cádiz, e o Rei Fernando VII teve de estabelecer a Constituição de 1812, que ele havia abolido.

Praticamente no mesmo momento surgiu uma revolta em Nápoles, organizada pelos carbonários. Igualmente, seu objetivo era político e, mais uma vez, a ordem foi restabelecida pelo poder militar austríaco. Fato idêntico ocorreu no Piemonte, visan-

^{NA-7} O mapa da página 20 apresenta a divisão da Europa após o Congresso de Viena.

^{NA-8} Ver Duroselle, J.B. *A Europa de 1815 a nossos dias*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1976. Minha análise está calcada nas proposições do autor.

Eric Hobbbsbawn, em sua obra *A Era das Revoluções (1789-1848)*, também mencionava as três ondas revolucionárias mais importantes que ocorreram entre 1815 e 1848. Segundo o autor, a Ásia e a África permaneceram imunes a essas ocorrências, o que é comprovado pelo fato de que as primeiras revoluções na Ásia, o “Motim Indiano” e a “Revolução Taiping” aconteceram na década de 1850. Nas Américas tivemos as Guerras da Independência das colônias espanholas e que foram provocadas como conseqüência das deficiências da coroa espanhola. A Independência brasileira foi proclamada sem grandes reações por parte de Portugal. Ver Hobbbsbawn, Eric. *A Era das Revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006 (20ª edição).

do à promulgação de uma Constituição. A intervenção da Áustria restabeleceu o domínio absolutista^{NA-9}.

Na França, o assassinato do Duque de Berry, sobrinho do rei, provocou uma agitação política, dando início à reação dos carbonários, que insuflaram a rebelião nos quartéis. Começou a existir a participação dos bonapartistas até então desunidos, não só pela ausência de uma liderança como também pelos efeitos da perseguição exercida pelas autoridades da Restauração.

O resultado do movimento representou um fracasso devido às falhas de organização dos levantes militares e da não-existência de uma participação ampla da população civil.

Na Rússia, a morte de Alexandre I provocou a criação de uma associação de oficiais do Exército que pretendiam a designação de um novo czar de sua preferência. O propósito fundamental do movimento seria, no entanto, a promulgação de uma nova Constituição, eliminando ou diminuindo ao máximo o Absolutismo então instituído. Como ocorreu na França, a péssima organização do movimento teve como resultado o fracasso dessa iniciativa.

Proporria, em resumo, que, ainda sob os efeitos da derrocada napoleônica e com a presença marcante da aristocracia tradicional mais organizada e, ao mesmo tempo, disposta a reagir contra quaisquer tentativas de alteração da ordem conforme preconizada, não foram possíveis, naquele momento, resultados favoráveis para aqueles que advogavam o fim do Absolutismo.

De qualquer maneira, parece ser evidente que as insurreições ocorreram praticamente ao mesmo tempo em várias regiões do continente europeu, assim como, explícita ou implicitamente, seus objetivos eram idênticos.

Daí, possivelmente, a consideração proposta pelo czar e por Metternich de que, tudo era provocado por uma “conspiração jacobina” cujo núcleo situava-se em Paris.

Como conseqüência, o reinado de Carlos X na França viria a ser pleno de contradições políticas e econômicas. Ao mesmo tempo, a desconfiança e as pressões externas contribuíram para a aglutinação de reações melhor estruturadas por parte dos remanescentes da Revolução Francesa e dos bonapartistas. Todos esses fatores deram origem à segunda “onda” de insurreições.

Em julho de 1830, Carlos X tentou alterar a Constituição francesa, e a população de Paris insurgiu-se contra o rei, contando com o apoio da burguesia liberal.

Ocorreu uma “rápida” revolução e, em 31 de julho de 1830, burgueses, operários, antigos heróis da Revolução Francesa e do período napoleônico, juntamente com os intelectuais presentes em Paris, todos liderados astuciosamente por um descendente dos Orleans, Louis Phillipe, implantaram um novo governo^{NA-10}.

Assemelhando-se a um espetáculo teatral, o Conde de Orleans, de um dos balcões do Hotel de Ville, apresentou-se à multidão reunida, acenando com a bandeira tricolor, símbolo da Revolução, e tendo

^{NA-9} O Carbonarismo representava o grupo político oriundo de uma sociedade secreta com raízes da franco-maçonaria. Foi criado para lutar contra o domínio napoleônico no reino de Nápoles (1866-1815). Posteriormente, empenhou-se na oposição aos soberanos impostos após 1815. Difundido na França a partir de 1818, atraiu os bonapartistas liberais, sendo então identificado como “carbonnerie”. Todos os complôs por ele organizados contra os Bourbons (1818-1822) fracassaram. O termo “carbonário” origina-se do italiano “carbonare”, isto é, “carvoeiro”, no sentido da pessoa que produz carvão, isto é, está envolvido em um processo de combustão.

^{NA-10} Considero ter sido uma “rápida” revolução porquanto sua duração foi de 72 horas e, praticamente, tudo ocorreu em Paris.

Lafayette e Thiers ao seu lado, proclamou o fim do reinado dos Bourbons^{NA-11}.

O movimento revolucionário na França despertou o entusiasmo popular na Bélgica, em oposição ao que foi determinado no Congresso de Viena quanto à sua subordinação a uma dinastia Orange. A revolução foi vitoriosa, com o apoio discreto da Grã-Bretanha e da França.

Na Itália, ocorreram revoluções em Parma e Modena, visando a reformas cons-

titucionais e um modelo de integração denominado “províncias italianas unidas”. Novamente, o governo austríaco controlou a situação.

Na Confederação Germânica, um projeto de integração de vários estados representou a proposta dos liberais sob a forma de um modelo republicano dos “Estados Unidos da Alemanha”. A tentativa mais uma vez foi sufocada, por meio das ações enérgicas lideradas pela Áustria.

^{NA-11} Marie – Joseph – Paul – Yves – Roch – Gilbert du Tumer, Marquês de Lafayette (1757-1834), aristocrata francês, foi voluntário partícipe na Guerra da Independência dos Estados Unidos. Aos 20 anos de idade, proclamado pela opinião pública como o “herói de dois mundos” por sua atuação, foi promovido a brigadeiro-general (marechal-de-campo).

Participou dos Estados Gerais em 1789 e foi o autor da proposição da Lei dos Direitos do Homem e do Cidadão. Procurou defender a integridade física de Luis XVI e Maria Antonieta contra os manifestantes revoltados em Paris.

Após a morte de Luís XVI, rendeu-se aos austríacos, ficando preso até 1797. Com o advento de Napoleão, regressou à França e estabeleceu-se como fazendeiro. Foi membro da Assembléia durante o período de Carlos X e participou ativamente na “rápida” revolução de Louis Philippe em 1830.

– Louis Auguste Thiers (1797-1877), estadista, jornalista e historiador.

Em janeiro de 1830, fundou o jornal *National*, que defendia abertamente a derrubada de Carlos X, caso este restringisse as liberdades individuais. Foi aliado de Louis Philippe na “rápida” revolução de 1830 e ocupou importantes cargos no novo governo.

Suas idéias quanto a uma presença obrigatória da França no Oriente Médio, especialmente no Egito, quase provocaram uma guerra contra a Grã-Bretanha. Por outro lado, deu início a uma campanha para trazer de volta a Paris os restos mortais de Napoleão, que permaneciam em Santa Helena. Louis Philippe entusiasmou-se com a idéia, pois assim, em sua opinião, “seria possível dourar a realeza de julho com os reflexos dourados do sol de Austerlitz; exaltá-la aos olhos da França e da Europa, incorporando-lhe uma admirável recordação”. É possível considerar que, a partir da concordância britânica para a concretização do evento, começou a ser esboçada certa aproximação com o “eterno” inimigo da França.

A transformação da Bélgica em uma nação independente também resultou da ação conjunta das duas nações, e a participação de Talleyrand, então embaixador na Grã-Bretanha, foi importante nos dois eventos.

Por discordâncias com Louis Philippe, também foi afastado do governo. Em 1840, voltou à Assembléia e apoiou Louis Napoleão na revolução de 1848, passando a ocupar posições de destaque na Segunda República. Novamente, por discordâncias com o governo, foi exilado entre 1851 e 1853.

Após a implantação e consolidação do Segundo Império, voltou à Assembléia e transformou-se no maior propagandista da guerra contra a Prússia.

Como conseqüência das derrotas iniciais, transformou-se em um crítico contundente do governo, quando do preparo das forças francesas e da própria condução da guerra.

Após o desastre de Sedan, em 1871, passou a ser considerado pela opinião pública como “o sábio que havia previsto o fracasso da França por não dispor de uma capacidade militar adequada”. Concluída a “paz vergonhosa”, e, como conseqüência, a mudança do sistema de governo, foi eleito, em agosto de 1871, presidente da República. Não conseguindo debelar a crise francesa, quer política como econômica, renunciou em 1873. Ver Aubry, Octave. *Saint Helene*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1946.

Durante os 15 anos seguintes, a Europa conviveu com um relativo período de tranqüilidade.

A França, em que predominava a influência de uma maioria burguesa, procurou harmonizar as visões cada vez mais acaloradas dos bonapartistas com as exigências dos remanescentes da aristocracia do “Ancien Régime”.

Na opinião de seus dirigentes, era imprescindível manter a paz e, ao mesmo tempo, por meio de uma política externa, harmônica ao cenário do momento, reconstituir o seu Império colonial.

O Poder Naval francês, ainda que modesto em termos da Grã-Bretanha, adquiria uma razoável ação de presença no Oceano Mundial e começava a implantar bases navais de apoio na Costa do Marfim, nos Comores e na Polinésia.

Esse Poder Naval esteve presente na ocupação de Vera Cruz, no México, em 1838, durante uma das intervenções européias, visando à cobrança das dívidas acumuladas pela jovem nação já independente do jugo espanhol.

A própria Grã-Bretanha, exercendo um predomínio incontestável na ambiência marítima, reconhecia a presença de uma “nova” Marinha francesa, melhor qualificada, quer no Mediterrâneo como também no Pacífico.

Convivíamos com um período de transição. A despeito das glórias e sucessos da

“era da navegação a vela”, o progresso tecnológico demonstrava as vantagens da adoção de novos métodos de propulsão e da exigência do aprimoramento da artilharia embarcada e, especificamente, a proteção dos navios de guerra contra os efeitos produzidos pelo armamento inimigo.

As autoridades navais britânicas e francesas assumiram procedimentos idênticos e praticamente no mesmo ritmo para solucionar o problema da defasagem tecnológica.

A propulsão a vapor, as rodas e, posteriormente, os hélices foram de início adotados para os rebocadores, as embarcações de apoio e as canhoneiras.

Devido à influência do tradicionalismo (mas levando em conta também os custos), essas inovações seriam introduzidas progressivamente nos navios de guerra de maior porte.

Ainda em 1822, o general francês Henri Paixhans, perito em artilharia, propunha a construção de uma flotilha de canhoneiras com propulsão a vapor e usando projéteis explosivos, algo que, na sua opinião, proporcionaria uma superioridade francesa nas áreas marítimas litorâneas e, ao mesmo tempo, seria um passo inicial para uma futura desforra do *débâcle* de Trafalgar^{NA-12}.

Em 1837, a Marinha francesa adotou em definitivo o emprego de projéteis explosivos em seus navios de guerra; dois anos mais tarde, a mesma decisão foi tomada pela Grã-Bretanha^{NA-13}.

^{NA-12} Um conceito que ressurgiu em diferentes oportunidades no passar do tempo, levando em conta a rivalidade entre a França e a Grã-Bretanha e as dificuldades francesas em igualar-se ao seu rival em termos de inventários navais.

^{NA-13} Em 1838, por ocasião da crise do México, a França enviou para o local uma força naval sob o comando do Almirante Charles Baudin, composta de três fragatas fortemente artilhadas, duas corvetas, dois rebocadores com propulsão a vapor, alguns brigues e canhoneiras. Não obtendo as respostas desejadas das autoridades mexicanas, foi decidido o ataque à Fortaleza de San Juan d’Ulloa, que protegia o acesso a Vera Cruz. O resultado obtido pelos projéteis explosivos obrigou uma rendição total das forças mexicanas. Quinze anos mais tarde, em um engajamento naval entre russos e turcos na disputa pela posse do Estreito de Dardanelos, ficou demonstrada mais uma vez a importância da inovação técnica proposta por Paixhans. A vitória russa foi definitiva. Tinha início a corrida entre o valor da couraça e os efeitos dos projéteis explosivos perfurantes. Ver Mordal, Jacques. *25 Centuries of Sea Warfare*. Londres: Abbey Library, 1959.

A INFLUÊNCIA SOCIAL AGREGADA À CRISE ECONÔMICA

A terceira “onda” de revoluções teve início em 1848. Alguns autores propõem que elas representaram a reação popular aos efeitos da crise decorrente dos péssimos resultados das colheitas agrícolas na Europa no período 1846-1847.

O aumento dos preços, afetando especialmente os artesãos e operários nas grandes cidades, provocou uma insatisfação generalizada. Novamente, Paris foi o palco principal desse cenário, e a Guarda Nacional, por exemplo, composta de pequenos burgueses e que nos anos anteriores tinha sido o principal responsável da repressão dos motins contra o governo de Louis Philippe, uniu-se aos revoltosos, objetivando a mudança do regime^{NA-14}.

Stephen Lee considera que as revoluções de 1848 resultaram do crescente descontentamento de vários setores das sociedades européias e, por via de conseqüência, de uma coordenação temporária entre os membros de distintas classes sociais. Assim sendo, os trabalhadores, os artesãos e os estudantes transformaram-se nos ativistas e revolucionários que guarneceram as barricadas em Paris.

Ao mesmo tempo, os mais ricos, os personagens mais influentes e, em especial, os homens de negócios e os magistrados, ainda que, de início, simpáticos ao movimento, procuraram o mais cedo possível exercer o controle daquilo que consideravam ser uma ação de forças irracionais e,

assim sendo, empenharam-se em reorientar a revolução, visando a objetivos específicos mais limitados.

Três poderosas forças transformaram a discordância popular em uma ação revolucionária.

Em primeiro lugar, conforme mencionado, houve a depressão econômica na segunda metade da década dos 80. Todos foram afetados, desde os agricultores aos mais pobres, as classes médias, e até mesmo os próprios governos.

As manifestações populares daí decorrentes serviriam como uma válvula de escape e, pela sua própria dinâmica, transformaram-se em revoltas, ou, no mínimo, em um amplo desafio às autoridades.

A segunda força atuante foi criada pela crescente desilusão quanto à capacidade de governo da antiga aristocracia restaurada pós-1815.

O questionamento incisivo da época reflete esse julgamento: Será que o desaparecimento de Napoleão beneficiou a maioria dos europeus?

Byron, o célebre poeta da época, em sua ópera *Dom Juan*, perguntava ao Duque de Wellington: “Ficarei muito feliz em saber quem, exceto você e os seus, obteve uma vitória em Waterloo”.

Byron também considerava que os eventos de 1815 resumiram-se apenas em “restaurar a legitimidade e a opressão”.

Por sua vez, na opinião de Lamartine, “a França é revolucionária; caso contrário, nada significa”^{NA-15}.

^{NA-14} A seqüência de eventos parece confirmar aquela opinião de Alex de Tolqueville de que as revoluções podem ocorrer após o término de um período de dificuldades e quando começa a haver uma recuperação econômica. Esse foi o caso nessa revolução francesa. Ver *RMB*, vol. 128, jan/mar 2008.

^{NA-15} Byron, George Gordon. Ver *RMB*, v. 127, nº 01/03, jan/mar, 2007. Lamartine, Alphonse Marie Louis de Prat de (1790-1869), poeta, membro do governo provisório no período de Louis Napoleão e ministro das Relações Exteriores. Candidato derrotado nas eleições presidenciais, afastou-se da política após o estabelecimento do Segundo Império.

A terceira força atuante originava-se especificamente das áreas centrais da Europa e incorporava o desejo de uma unificação das comunidades italianas e germânicas, além da exigência pelo direito de uma autodeterminação, um ideal mais acentuado dentre aquelas comunidades que haviam sido incorporadas ao Império austríaco dos Habsburg.

Ainda assim, todas as revoluções de 1848 careceram de uma organização eficiente. O aspecto interessante é que, a despeito dessa realidade, elas obtiveram resultados significativos no curto prazo, dada a pequena reação inicial das autoridades detentoras do poder.

Embora Metternich tivesse alertado as monarquias no poder quanto a possíveis problemas a serem criados pela burguesia, a calma que prevaleceu por alguns anos pós 1830 criou a impressão de que os regimes monárquicos não seriam mais ameaçados, e tal condição proporcionou certa letargia.

No final de 1848, as revoluções tinham perdido o seu ímpeto inicial e, durante o período 1849-1851, ocorreu uma forte reação por parte das autoridades em toda a Europa.

A França representou a exceção. O antigo regime foi eliminado por meio de um golpe de estado liderado por Louis Napoleão em 1851.

Ocorreu a proclamação do Segundo Império em 1852 e, conseqüentemente, um novo modelo de governo que iria sobreviver por quase duas décadas e serviria de estímulo e exemplo para aqueles ideais de unificação e autodeterminação das diversas comunidades européias.

O processo, todavia, desde o seu momento inicial, em 24 de fevereiro de 1848,

teve de ajustar-se às pressões exercidas por interesses distintos, e algumas vezes conflitantes, de seus partícipes.

Iniciou-se a Segunda República, também proclamada de um balcão do Hotel de Ville, e coube a Louis Napoleão presidir a nova Assembléia^{NA-16}.

O novo governo republicano, que se considerava provisório, conseguiu obter resultados significativos com sua política econômica, o que, de certa maneira, contribuiu para reduzir as turbulências políticas.

O falecimento de Louis Philippe, o rei destronado, não só criou a obrigatoriedade de definições quanto à continuidade do governo republicano como também alterou o cenário político.

Os Orleans e os Bourbons não conseguiram chegar a um acordo, e os liberais não puderam coordenar em tempo útil seus esforços para a manutenção de um sistema republicano.

O PRETENDIDO RETORNO ÀS GLÓRIAS NAPOLEÔNICAS

Repetiu-se o 18 Brumário, que levou Napoleão Bonaparte ao poder. Desta vez, melhor organizados e com ampla aceitação da opinião pública, os bonapartistas conseguiram implantar o Segundo Império em dezembro de 1851, e Louis Napoleão foi investido como imperador da França sob o título de Napoleão III.

Um Império que, de modo idêntico ao que o antecedeu, iria desaparecer 19 anos mais tarde, como conseqüência de uma grande derrota imposta pelo novo detentor do predomínio na Europa continental.

Para os franceses em geral, as glórias do início do século XIX constituíam um

^{NA-16} Louis Napoleão era filho de Louis, irmão de Napoleão e que foi o rei da Holanda durante o período napoleônico. Com o falecimento do herdeiro natural do trono francês na linha de sucessão de Napoleão, seu filho, o Príncipe de Roma, Louis Napoleão passou a ocupar essa posição.

estímulo suficiente para apoiar e aplaudir as iniciativas e as práticas de governo de Napoleão III. Os resultados obtidos no campo econômico e seus reflexos nas demais atividades contribuíram para fortalecer a onda de entusiasmo e orgulho que contagiou toda a França.

Ocorreu efetivamente uma revolução industrial (muitas décadas depois daquela britânica), que podia ser comprovada em quatro áreas: o crédito, o sistema bancário, as ferrovias e a indústria siderúrgica^{NA-17}.

Fortaleceu-se ainda mais a possibilidade de ações militares significativas no exterior que contribuíssem para o engrandecimento do Império. Como herdeiro de um grande líder e, por via de consequência, da Revolução Francesa, Napoleão III desejava não apenas recuperar os territórios conquistados no período napoleônico, como também realçar as “distintas” nacionalidades e o direito de autodeterminação das pequenas comunidades européias, logicamente em proveito dos interesses franceses.

Parece ser evidente que o grande opositor às suas pretensões teria de ser a Áustria, o principal beneficiado do fracasso do Primeiro Império.

Como resultado, ocorreu a guerra entre a França e a Áustria, provocada por problemas com os estados italianos. Um conflito que acarretou a perda de inúmeras vidas humanas – a batalha de Solferino, em 24 de junho de 1859, é um exemplo típico dessa realidade.

A França foi vitoriosa no tocante aos seus objetivos de curto prazo. O Tratado de Paz firmado em novembro de 1859 com a Áustria introduziu, todavia, no cenário europeu os componentes essenciais para o fortalecimento da Prússia, *via-à-vis* seu

natural competidor, a Áustria, no tocante a um predomínio germânico.

Criaram-se as condições adequadas para o processo de integração dos estados germânicos sob a égide da Prússia e começava a ser delineada o que viria a ser uma Alemanha Imperial. Por outro lado, a derrota austríaca fortaleceu os ideais de integração e autodeterminação em estados italianos.

Ainda em termos da política externa praticada por Napoleão III, tivemos a Guerra da Criméia, entre 1853 e 1856, um evento em que França e Grã-Bretanha, com objetivos idênticos a longo prazo, enfrentaram a Rússia czarista (que supostamente apoiava os membros da Igreja Ortodoxa na Turquia), sob o pretexto de proteger os católicos submetidos ao jugo otomano^{NA-18}.

Seria possível admitir que, para a opinião mundial e especialmente aquela francesa, os dois eventos significaram vitórias, quer da política externa quer das ações militares francesas.

Talvez o relativo sucesso obtido tenha despertado o interesse de Napoleão III quanto a restabelecer uma presença francesa marcante no continente americano, e o México proporcionou essa oportunidade.

Semelhantemente ao que havia acontecido em 1838, as constantes turbulências políticas naquela importante colônia espanhola que se transformara em nação independente a partir de 1821 provocaram uma série crise econômica. Novamente ocorreu a intervenção das potências européias visando proporcionar a proteção dos investimentos feitos naquele país.

A diferença em relação ao episódio anterior é que já havia a presença marcante

^{NA-17} Ver Goubert, *op cit.*

^{NA-18} Na realidade, tratava-se do estabelecimento de um futuro predomínio no Oriente Médio, negando a possibilidade de um expansionismo russo. Em termos de Estratégia Naval, objetivava o controle do Estreito de Dardanelos, impedindo ou limitando a presença do Poder Naval russo no Mediterrâneo.

dos Estados Unidos na região oeste do continente americano.

A apropriação do Texas (1836-1845) e a guerra de 1846 a 1848 implicaram para o México a perda adicional da Alta Califórnia e do Novo México.

Em 1858, os mexicanos liberais apoiados pelo governo norte-americano declararam a Guerra da Reforma (a qual se prolongou até 1861) contra os conservadores então no poder.

A vitória dos liberais comandados por Benito Juarez e as decisões por ele adotadas provocaram a intervenção européia. Uma atitude facilitada pela eclosão da Guerra de Secessão norte-americana (1861-1865), o que dificultava uma ação de presença desta nação – como o “protetor do continente americano contra qualquer ato agressivo de potências estrangeiras nos termos da Doutrina Monroe, promulgada em 2 de dezembro de 1823”.

Por meio de uma série de manobras políticas na Europa, Napoleão III conseguiu que a Espanha e a Grã-Bretanha retirassem suas forças militares do México.

A França lá permaneceu ampliando seus efetivos no decorrer de 1862, objetivando uma ocupação total e a implantação de um império fantoche.

Ocorreram sucessos e derrotas, até que a Cidade do México foi ocupada em junho de 1862; em 12 de junho de 1863, o Arquiduque Maximiliano, irmão do imperador Francisco José, da Áustria, foi coroado como imperador do México.

A continuação da guerra de guerrilhas comandada por Benito Juarez (com o apoio norte-americano) e o término da Guerra de Secessão (fato que possibilitou a ameaça de uma intervenção militar norte-americana)

na) produziram como resultado a evacuação das tropas francesas^{NA-19}.

Ainda que seja possível admitir que a desistência de Napoleão III quanto ao México tenha decorrido de uma ampla análise estratégica quanto aos fatores de força e fraqueza naquele conflito, na realidade o fator preponderante para tal decisão teve origem no continente europeu, onde passaram a existir claros indícios de uma grave ameaça contra a França.

O SURGIMENTO DE UMA ALEMANHA IMPERIAL

O enfraquecimento da Áustria após 1859 criou oportunidades para ações mais audaciosas por parte da Prússia no sentido de conquistar em definitivo um predomínio na ambiência dos estados germânicos. Em junho de 1866, a Áustria reagiu ao tomar conhecimento de um acordo secreto firmado entre a Prússia e a França, assim como quanto a um tratado ofensivo-defensivo entre estados italianos e a Prússia. A resposta prussiana foi intempestiva. O primeiro-ministro da Prússia, Otto Von Bismark, dissolveu a Confederação Germânica e deu início à rápida mobilização de sua expressão militar visando a uma guerra imediata contra a Áustria e seus aliados. Os estados italianos, logo em seguida, declararam guerra à Áustria.

Ficariam demonstradas não só a eficiência dos estrategistas militares prussianos no planejamento e condução de uma guerra, mas também a superioridade tecnológica dos seus meios de combate.

O Tratado de Praga, de 23 de agosto de 1866, firmado com a mediação de Napoleão III, não incorporou as pretensões do impe-

^{NA-19} A tentativa heróica de Maximiliano de continuar a luta contra os rebeldes com os escassos recursos e apoio local de que dispunha foi inútil. Derrotado e preso, foi submetido a uma corte marcial e fuzilado em 19 de junho de 1867.

rador francês, que havia imaginado a ocorrência de uma guerra prolongada, com sensíveis desgastes para os oponentes.

Na realidade, o Tratado expressou claramente a superioridade prussiana e incorporou as condições impostas por Bismark: os estados germânicos ao norte do Rio Main formariam uma nova Confederação Germânica sob a liderança prussiana, enquanto que aqueles ao sul seriam independentes, ainda que lhes fosse concedida a possibilidade do estabelecimento de uma frágil associação^{NA-20}.

A guerra entre a Prússia e a França, em 1870, representa, no meu entendimento, um desses eventos logicamente previsíveis na seqüência da História da Civilização Ocidental.

Parece ser evidente, por meio de uma análise histórica, que Bismark era mais inteligente e melhor preparado que Napoleão II no tocante à política externa daquele período, a qual se assemelhava a um jogo de xadrez.

Assim sendo, conseguiu convencer o imperador francês a criar condições para que a Áustria e alguns estados sob sua lideran-

ça declarassem a guerra contra a Prússia. Conforme mencionei, em junho de 1866, após quatro semanas, a Áustria estava derrotada e a Prússia obtinha os ganhos propostos por Bismark.

Nos quatro anos seguintes, a Prússia preparou-se para uma nova oportunidade de ampliar o seu poder no continente europeu.

Essa oportunidade surgiu com a questão da sucessão espanhola. É discutível afirmar que a candidatura do príncipe Leopoldo de Hoenzollern (um parente próximo do rei da Prússia) ao trono espanhol tenha surgido por inspiração de Bismark. Na realidade, porém, ajustou-se perfeitamente ao planejamento político-estratégico e à visão do estadista prussiano quanto às possíveis reações dos demais governos europeus^{NA-21}.

A possibilidade de um íntimo relacionamento dinástico entre Espanha e Prússia causou sérias preocupações, como também reações, em Viena, Paris e Londres. Napoleão III não pôde, ou não conseguiu, agrupar tais reações em proveito da Fran-

^{NA-20} Bismark, Otto Von (1815-1896), excelente administrador, diplomata excepcional, um dos grandes estrategistas do século XIX. Dedicou-se ao fortalecimento da Prússia, visando, em última análise, à estruturação de uma Alemanha que incorporasse todas as comunidades germânicas. Embaixador na Rússia (1859) e na França (1862) e primeiro-ministro a partir de 1863. Na guerra de 1866 contra a Áustria, foi o principal responsável pelo sucesso obtido. Arquitetou a Guerra Franco-Prussiana (1870-1871), cujos resultados possibilitaram a unificação definitiva da Alemanha. Em março de 1871 foi reconhecido como herói, recebendo o título de príncipe. Passou a ser o chanceler da Alemanha. Presidiu o Congresso de Berlim em 1879, tornando-se o principal mediador entre as grandes potências. Ao estabelecer uma aliança com o Império Austro-Húngaro (1879), dava início a um processo de união que permaneceu inalterado durante a Primeira Guerra Mundial. Tal relacionamento, ainda que com características distintas, pôde também ser comprovado durante a prevalência do nazismo e a Segunda Guerra Mundial. Em 1840, após o início do reinado de Guilherme II, Bismark retirou-se do serviço público.

^{NA-21} Segundo John Abbot, “o sagaz Bismark sugeriu essa candidatura”. Leopoldo era o titular de um dos principados mais importantes na Prússia, parente próximo da família imperial e coronel do exército prussiano. Caso bem-sucedido em sua candidatura, teríamos o renascimento do Império de Carlos Magno: a Espanha transformar-se-ia numa província do grande Império germânico e a França ficaria à mercê desse poder gigantesco. Ver Abbot, John, *Prussia and Franco-Prussian War*, Philadelphia: B.B. Russell, 1872. Outros autores propõem que a iniciativa teve origem nos interesses da própria família imperial prussiana. Bismark apenas se aproveitou da oportunidade para provocar as reações francesas, criando as motivações para a guerra de 1870.

ça. Na realidade, o próprio governo francês estava dividido entre a adoção de atitudes de reação enérgica e a prática de medidas conciliatórias.

Segundo Stephen Lee, o que ocorreu na realidade foi uma combinação das duas proposições e que teve resultados extremamente prejudiciais para a França^{NA-22}.

Ao impor exigências ao rei da Prússia quanto à retirada da candidatura de Leopoldo, essa atitude provocou uma reação agressiva. Melhor teria sido convencer a Espanha a retirar o seu oferecimento, algo que diplomaticamente não seria uma tarefa difícil.

A Grã-Bretanha, por outro lado, agiu com cautela. A rainha Vitória, por meio do Rei Leopoldo da Bélgica (cunhado do pretendente), obteve a desistência, com a plena concordância da Prússia.

Uma nova insistência de Napoleão III para que fossem estabelecidas garantias de que o fato não seria repetido ampliou as reações prussianas.

Ao mesmo tempo, a opinião pública francesa era insuflada pelos adeptos do Segundo Império no tocante à obrigatoriedade da reconquista dos territórios que haviam sido perdidos para a Prússia como consequência do Congresso de Viena.

A posse prussiana de ambas as margens do Reno e do Vale do Moselle significava não apenas algo simbólico no pensar francês. A evolução tecnológica também proporcionava aos prussianos uma valiosa fonte de recursos, o que contribuía para o incremento de sua capacidade industrial.

Por outro lado, não existiam obstáculos naturais que impedissem um rápido avanço prussiano ultrapassando as fronteiras estabelecidas.

Na hipótese de uma contra-ofensiva e do recuo das forças prussianas, o Reno e o

sistema de fortificações existentes proporcionavam uma barreira praticamente intransponível no contexto dos recursos militares disponíveis na época.

Existia uma concordância generalizada de que a França estava mais bem preparada para uma rápida vitória. Muito mais do que os ideais de Liberdade, Igualdade e Fraternidade que haviam inspirado os exércitos de Napoleão, a prevalência no pensar francês era de que sua Infantaria, a Cavalaria e a Artilharia, com os seus deslumbrantes uniformes, eram bastante superiores a quaisquer adversários.

As realidades, porém, não comprovaram tal suposição. O sistema de recrutamento francês não mais seguia as práticas do “Levée en masse” adotado a partir da Revolução Francesa. O processo era lento, confuso e não permitia o rápido recompletamento das unidades na hipótese de uma guerra.

A movimentação das tropas francesas para as frentes de combate também era extremamente lenta, com reduzido aproveitamento da malha ferroviária.

A Prússia, por outro lado, já havia adotado um sistema moderno e rápido para o recrutamento. Sua malha ferroviária tinha sido adaptada para o atendimento das necessidades militares previsíveis, o que possibilitou a ocorrência de importantes vitórias nos estágios iniciais da guerra.

A liderança militar francesa era deficiente no sentido de que, embora incluísse personagens famosos na ambiência francesa, advogava métodos de guerra já ultrapassados, como também não levava em conta as inovações tecnológicas. A própria decisão de Napoleão III de assumir o comando total das forças francesas eliminou qualquer possibilidade de uma ação independente, ainda que oportuna, dos três

^{NA-22} Ver Lee, Stephen, *op cit.*

exércitos na frente de combate do Reno visando interromper a ofensiva prussiana.

A França, em 19 de junho de 1870, declarou guerra à Prússia e, em seis semanas, o Segundo Império praticamente deixou de existir.

Na medida em que a ofensiva prussiana ganhava ímpeto, não ocorreu o que seria lógico: uma retirada organizada e o reagrupamento dos remanescentes dos exércitos franceses para interromper o avanço das forças inimigas.

Ao contrário, devido a uma série de decisões inadequadas, ocorreram o cerco de Sedan e a derrota de 2 de setembro; Napoleão III foi feito prisioneiro e, em seguida, deportado para a Grã-Bretanha.

É evidente que a França havia elaborado um planejamento estratégico para uma previsível guerra contra a Prússia. Era, todavia, um planejamento destinado ao fracasso, principalmente pela inadequação do apoio logístico. Assim sendo, a velocidade imprimida às ações militares prussianas jamais foi correspondida pela estrutura militar de Napoleão III.

Sob a ótica naval, por exemplo, era previsto um desembarque anfíbio no litoral norte da Alemanha.

Os meios navais não estavam disponíveis no momento previsto (o que também não mais importava, devido ao sucesso prussiano) e o embarque das tropas não chegou a ser iniciado.

Por ironia do destino, os marinheiros franceses desempenharam um papel relevante durante o cerco de Paris pelas tropas prussianas^{NA-23}.

A derrota de Sedan e a rendição de Napoleão III provocaram reações exacerbadas em Paris. Como resultado, em 4 de

fevereiro de 1871 foi proclamada uma nova República.

Proporia que, possivelmente por tradição, o palco para o anúncio dessa mudança de governo também foi o Hotel de Ville, certamente sem uma presença significativa de bonapartistas.

O governo provisório imediatamente solicitou a Bismark o término das hostilidades; a resposta foi a exigência da cessão definitiva da Alsácia e da Lorena para a Prússia.

A reação patriótica dos franceses determinou o prosseguimento da guerra, culminando com o cerco e a ocupação de Paris pelas tropas prussianas. O Tratado de Paz firmado entre as duas nações foi extremamente rigoroso quanto às indenizações impostas à França.

Sem dúvida, a conseqüência mais importante e simbólica decorrente da vitória prussiana foi a proclamação de Guilherme I como imperador da Alemanha (e a partir desse evento passou a existir uma Alemanha) no Palácio de Versalhes, em 1871.

Ficou criado, por razões lógicas, um novo detentor do predomínio na Europa continental – fosse econômico, militar, político ou industrial –, que perdurou até 1914.

A França, ainda que continuasse a ser uma das nações mais importantes no cenário mundial, mesmo que atuante no contexto de consolidar e, se possível, expandir suas posses coloniais, passou a enfrentar seguidamente o problema de sua segurança em relação a vizinhos cada vez mais poderosos.

As ações diplomáticas e a própria reestruturação de sua expressão militar refletem o dilema que teve de ser enfrentado.

De um lado, a impossibilidade de igualar-se ao Poder Naval britânico e, por via

^{NA-23} Na seção intitulada “Aconteceu há Cem Anos” na *RMB* v. 127, nº 04/06, abr/jun 2007, é reproduzido um artigo de Augusto Vinhaes publicado em agosto de 1907 na mesma revista. O autor cita Henry Houssaise quanto à homenagem prestada por este aos “marinheiros franceses que, de pé firme, morreram às portas de Paris e nas planícies de Beauce”.

de conseqüência, as alternâncias entre a posse de um Poder Naval convencional (ainda que inferior ao britânico) ou a adoção de novos modelos de guerra naval com o emprego, por exemplo, das torpedeiras de grande velocidade. Seria a “poeira naval”, conforme proposto por alguns de seus estrategistas. Existia, por outro lado, o desejo de revanche da derrota humilhante sofrida em 1870. Uma aspiração que tinha de levar em conta o poder militar de seu adversário no continente, cada vez mais pujante e ambicioso, e que também passara a entender o significado e a importância de um Poder Naval.

A Terceira República resistiu a todas as tentativas dos adeptos da Monarquia que visavam à sua extinção. E, na medida do possível, preparou-se para o conflito que certamente iria ocorrer e cujas premissas já estavam delineadas.

A RAINHA DOS MARES E O CONTESTADOR

Momentos antes de a rainha Vitória participar em Londres do desfile comemorativo dos 60 anos de seu reinado, no dia 22 de junho de 1897, dirigiu-se à sala do telégrafo e pressionou um botão para a transmissão de sua mensagem de agradecimento aos súditos britânicos. Uma mensagem simples – “De meu coração, agradeço ao meu povo; Deus os abençoe” – e que era destinada a um quarto da população do mundo daquele momento, a qual também ocupava um quarto da superfície terrestre.

Minutos depois, graças ao sistema Morse, sua mensagem havia chegado, praticamente, a todos os endereçados.

As festividades do Jubileu de Diamante comemoravam não apenas aqueles 60 anos de reinado. Eram o ápice de um período imperial que poderia ter várias interpretações quanto ao seu significado: o valor do poder militar britânico, o predomínio comercial; a supremacia política ou o prestígio reconhecido amplamente pelas demais nações.

No pensar britânico, era correto e justo dominar e administrar uma grande parcela do globo terrestre. Cabia-lhes, por direito assumido, aplicar seus próprios métodos, princípios e tradições, ditos liberais, para orientar o futuro da humanidade. Assim sendo, como conseqüência, a justiça seria aplicada corretamente, a miséria poderia ser eliminada e os “bons selvagens” seriam aculturados^{NA-24}.

A “Pax Britânica”, um conceito místico que foi consolidado no passar das décadas pós-Congresso de Viena, era, na realidade, a conseqüência de um predomínio britânico quase absoluto no Oceano Mundial. Algo que Alfred Tahyer Mahan soube muito bem definir e explicitar no tocante aos seus componentes, como também sua aplicação calcada no exemplo britânico, procurando, dessa maneira, influenciar os líderes políticos norte-americanos em termos de uma visão prospectiva quanto aos destinos de sua nação.

Era um Poder Marítimo que também havia atingido o seu ápice naquele momento do Jubileu de Diamante, mas que já começava a demonstrar sinais de envelhecimento, assim como encontrava dificuldades em manter o seu nível de superioridade em relação a seus competidores.

Sem a menor dúvida, o tráfego comercial marítimo em um contexto global era totalmen-

^{NA-24} Creio que, no final do século XX, os mesmos pensamentos e o mesmo raciocínio passaram a ser expressos por outros atores como representantes do atual poder hegemônico. Daí ser mencionado que convivemos com a “Pax Americana”. A própria expressão “Pax Romana” surgiu muito depois da derrocada do Império Romano e, possivelmente, foi utilizada para configurar um evento histórico muito semelhante ao predomínio exercido no decorrer do século XIX pelos britânicos.

te controlado pelos britânicos. Mais da metade dos navios mercantes era de propriedade da Grã-Bretanha. Quando o Canal de Suez foi aberto à navegação na década de 1890, por exemplo, para cada 1.000 toneladas de carga transportadas, 700 eram britânicas, 95 alemãs, 63 eram francesas, 43 pertenciam aos holandeses, 19 eram italianas e apenas 2 correspondiam à participação norte-americana^{NA-25}.

Em termos militares, para os britânicos mais instruídos, o exército significava ape-

nas uma segunda linha de defesa. A “Pax Britannica”, na realidade, era sinônimo de paz no Oceano Mundial, e a Marinha Real, a principal responsável por essa condição, e sua superioridade numérica em relação aos outros poderes navais permanecia aparentemente incontestável. No inventário britânico, constavam 330 navios de guerra, enquanto que a França dispunha de 95; a Rússia, 86; a Alemanha, 68; os Estados Unidos, 56; e a Itália,

53. O “padrão de dois poderes”, isto é, a posse de uma esquadra pelo menos igual à soma dos meios navais de quaisquer duas outras nações – uma política oficial adotada no passar do tempo – merecia a cuidadosa atenção da opinião pública britânica quando da análise do inventário anual dos poderes navais mais importantes.

Quando o Canal de Suez foi aberto à navegação na década de 1890, para cada 1.000 toneladas de carga transportadas, 700 eram britânicas, 95 alemãs, 63 eram francesas, 43 pertenciam aos holandeses, 19 eram italianas e apenas 2 correspondiam à participação norte-americana

Segundo o periódico *The Times* da época, “a verdadeira agregação do Império depende da supremacia naval; sem a existência de um Poder Naval superior aos demais, o Império significa apenas um conjunto fluido de estados que obtém algumas vantagens através do intercâmbio de bens”^{NA-26}.

Números, porém, jamais refletiram, na época (e o mesmo ocorre no momento atual), corretamente o valor e a credibilidade

das forças navais, levando-se em conta a influência da contínua evolução tecnológica.

A grande questão sempre enfrentada pelas administrações navais foi a de acompanhar essa evolução em um ritmo adequado. O problema dos custos, muitas vezes não levado na devida conta pelos líderes políticos, tem sido responsável pela obsolescência dos meios navais e sua incapacidade, no momento oportuno, de ter uma participação efetiva em proveito

dos interesses nacionais^{NA-27}.

Após 1865, por exemplo, todos os navios de guerra britânicos passaram a usar o ferro em sua construção. Aqueles com maior tempo de serviço e ainda julgados úteis para o serviço naval foram modernizados levando em conta os recursos financeiros disponíveis.

^{NA-25} Ver Morris, Jame. *Pax Britannica, the Climax of Empire*. Nova Iorque: Harcourt, Brace Word Inc., 1968. Minha análise está calcada no texto do autor.

^{NA-26} Ver Morris, *op. cit.*

^{NA-27} A meu ver, nossa Marinha constitui um claro exemplo dessa realidade. O tema será tratado com maior profundidade no capítulo referente ao Cenário Interno: 1750-1889.

Na década dos 80, qualquer Marinha que pretendesse ser considerada como um Poder Naval “moderno” teria que dispor de navios de guerra com estrutura metálica, propulsão a vapor, artilharia raiada usando projéteis explosivos e dispondo de couraças protetoras para as instalações da propulsão, paíóis de munição e as baterias de canhões.

A atitude britânica a partir da década dos 1860 também foi imitada por parte de seus maiores rivais, a França e a Rússia, como conseqüência dos custos envolvidos nessa modernização. Daí permanecer uma superioridade britânica por ocasião do Jubileu de Diamante da rainha Vitória.

Ainda que não claramente percebido pela opinião pública britânica, já ocorria um declínio econômico daquele detentor do poder hegemônico. Por outro lado, o crescimento de seus principais adversários, associado à sua maior capacidade industrial, superava a possibilidade da Grã-Bretanha manter uma superioridade naval conforme pretendida em termos de qualidade.

Ainda que numericamente fosse maior no tocante aos inventários, o Poder Naval britânico, no que se refere ao *valor* dos meios, possuía apenas 62 encouraçados, contra o total de 66 de seus principais adversários – França, Rússia e Alemanha. Caso fossem acrescentados os meios disponíveis na Itália, Estados Unidos e Japão, a proporcionalidade seria de 62 para 96^{NA-28}.

Há uma explicação para essa realidade. A França, com o advento da Terceira Repúbli-

ca, procurava expandir suas posses coloniais, especialmente no leste africano e na Indochina, e tal iniciativa implicava a posse de novos meios navais compatíveis com a importância dos empreendimentos *vis-à-vis* as reações de outros competidores.

Os Estados Unidos, com suas fronteiras firmemente estabelecidas nos litorais do Atlântico e do Pacífico do continente norteamericano, começavam a identificar claramente seus objetivos em termos globais.

O mesmo ocorria com a Itália no contexto do Mediterrâneo Central e litoral norte da África. O Japão procurava estabelecer o seu predomínio no Pacífico.

Proponho, todavia, que a Alemanha Imperial representou o maior desafio no tocante à manutenção da pretendida superioridade britânica.

O sucesso obtido nas guerras de 1866 contra a Áustria e de 1870 contra a França demonstrava sobejamente a superioridade das forças terrestres germânicas e colocava obviamente em um segundo plano a exigência da posse de um Poder Naval compatível com o *status* adquirido^{NA-29}.

Por ironia do destino, coube a um neto da rainha Vitória modificar o raciocínio vigente na Alemanha.

Guilherme II, o novo *kaiser*, era um admirador das tradições navais britânicas, um ambicioso, que demonstrava ciúmes e inveja quanto às demonstrações do poder naval britânico.

Segundo sua progenitora, a maior ambição de Guilherme II “era dispor de uma Ma-

^{NA-28} Ver Keegan, *op cit*.

^{NA-29} Em seus primórdios, o Poder Naval germânico era comandado por generais. O General Stosch, primeiro-almirante da Armada Imperial, considerava a Marinha apenas como um “meio de defesa ativa” e estabeleceu que o seu inventário iria dispor de sete fragatas encouraçadas que deveriam proteger as cidades portuárias da Alemanha de ataques navais russos ou franceses na hipótese de uma guerra. O General Caprini, que o substituiu, ampliou a esquadra para 18 navios de guerra de maior porte, incluindo, também, um razoável número de torpedeiros. Sob este aspecto, ele foi influenciado pelo almirante francês Theophile Aube de que o torpedo representava uma arma de pequeno custo para reduzir a fraqueza da Marinha no enfrentamento das grandes potências navais que dispunham de encouraçados, especialmente a Grã-Bretanha. Ver Keegan, *op. cit*.



O *kaiser* Guilherme II, em uniforme de almirante
rinha que fosse maior e mais poderosa que
aquela da Grã-Bretanha”^{NA-30}.

Assim sendo, em 1891, foi lançado ao mar o *Brandenburg*, que poderia ser classificado como o primeiro encouraçado a merecer tal designação. O ritmo de construção possibilitou que, em 1897, a Armada Imperial germânica dispusesse de oito navios da

mesma classe; um número ainda insignificante quando comparado ao inventário da Grã-Bretanha. Para que fosse atingido um nível compatível à ambição de Guilherme II, seria necessário um programa de construção naval mais amplo, como também um planejamento de emprego corretamente adaptado às exigências previstas para o seu emprego. O que, conseqüentemente, iria influir nas características dos navios.

Em junho de 1897, Guilherme II encontrou o personagem capaz de transformar os seus sonhos em realidade. A nomeação do Contra-Almirante Alfred Tirpitz para a Secretaria da Marinha significou a escolha de um líder naval com a capacidade de concretizar os objetivos pretendidos^{NA-31}.

Sua atuação pode ser considerada como altamente eficiente no contexto da criação de um Poder Naval. Enfrentou com sucesso as reações do Parlamento germânico quanto à obtenção dos recursos necessários à implementação de seu programa e soube controlar os arroubos do *kaiser* no tocante à urgência na estruturação do Poder Naval da Alemanha Imperial.

O interessante a mencionar é que ambos foram influenciados pelas idéias de Mahan expostas em sua obra *A Influência do Poder Marítimo na História*.

^{NA-30} Ver Keagan, *op. cit.*

^{NA-31} Tirpitz, Alfred von (1849-1930). Entrou para a Escola Naval de Kiel em 1865, onde permaneceu durante quatro anos. Comandou uma flotilha de lanchas-torpedeiras, criando suas táticas de emprego. Contra-almirante em 1895, comandou um esquadrão de cruzadores do leste asiático e foi o autor de escolha do Tsingtau como a futura base naval alemã na China. Em junho de 1897, assumiu o cargo de secretário de Estado da Marinha, dando início a um programa de construção naval com uma duração prevista de 20 anos. Em sua primeira fase, o programa previa para 1904 uma esquadra composta de um navio capitânia, 16 encouraçados, 8 navios encouraçados para proteção costeira, 9 cruzadores pesados e 26 cruzadores ligeiros. Essa força deveria ser suficiente para a realização de ações ofensivas limitadas contra a França e a Rússia. A segunda fase do programa era mais ambiciosa: construir até 1917 uma esquadra oceânica que seria composta de 2 navios capitânias, 36 encouraçados, 11 cruzadores pesados e 34 cruzadores ligeiros. Seria então possível disputar com a Grã-Bretanha o domínio do mar no Mar do Norte, como um prelúdio a uma possível invasão das Ilhas Britânicas. O fracasso de seus planejamentos devido às circunstâncias que se sucederam antes e no início da Primeira Guerra Mundial determinou o seu afastamento do serviço naval. Membro do Reichstag de 1924 a 1928, não conseguiu exercer influência marcante na singradura da Alemanha pós-Primeira Guerra Mundial.



Almirante Tirpitz,
criador do Poder Naval alemão

Embora Guilherme II tivesse ficado convencido das vantagens decorrentes da superioridade numérica de uma esquadra de emprego oceânico contra forças adversárias visando a um domínio do mar permanente, Tirpitz, mais realista, interpretava as proposições de Mahan no sentido de que o emprego judicioso de um Poder Naval tecnologicamente superior a serviço de uma política externa racional poderia compensar aquela desvantagem numérica e alcançar os objetivos pretendidos.

Em ambas as interpretações, o adversário era representado pela Grã-Bretanha.

Assim sendo, em defesa da segunda fase do programa de construção naval, Tirpitz usava como argumento a proposição que ficou conhecida como a “Teoria de Risco”.

Na sua visão, a disponibilidade de 40 encouraçados e 20 cruzadores pesados proporcionaria à Alemanha a desejada superioridade naval no teatro do Mar do Norte.

Ainda que a Grã-Bretanha dispusesse de maior número de encouraçados, Tirpitz sugeria que, na prática, a qualidade dos meios seria um dos fatores que reduziriam aquela superioridade. O melhor adestramento das tripulações, equipamentos tecnologicamente mais avançados e a possibilidade de manter a esquadra de prontidão em suas bases navais no litoral norte da Alemanha complementavam os seus argumentos.

Um outro fator também a ser levado em consideração era de que, pelas próprias origens e estruturação do poder britânico, havia a obrigatoriedade de uma dispersão de seus meios navais para a proteção das colônias e do tráfego marítimo, algo que afetava a Alemanha em uma escala muito menor, ainda que houvesse a intenção de uma ampliação de suas posses coloniais.

Tirpitz não previa a criação de uma corrida armamentista em termos navais. Ao contrário, pretendia o crescimento, por etapas, da esquadra de batalha alemã (um encouraçado por ano) e um aumento progressivo da tonelagem dos navios principais (2.000 toneladas para cada nova construção).

No meu entendimento, a resposta britânica às pretensões germânicas conforme percebidas foi criada por um “novo” Nelson, 90 anos após Trafalgar.

Sir John Fisher, almirante-de-esquadra da Marinha Real, possivelmente foi o mais brilhante, o mais detestado, o mais ousado, o mais obstinado e o de maior carisma dentre os almirantes britânicos nas etapas derradeiras do período vitoriano^{NA-32}.

^{NA-32} Fisher (1º Barão de Kiverstone), John Arbuthnot (1841-1920) entrou para o serviço naval com 13 anos de idade. Participou da Guerra da Criméia e da conquista de Cantão, na China. Promovido a almirante em 1890, assumiu as funções de terceiro lorde (material) em 1892; passou a ser o



Almirante-de-Esquadra Sir John Fischer
(ver Hought, *op. cit.*)

Por características próprias, ele era um inovador, um entusiasmado com o progresso tecnológico e possuía, ao mesmo tempo, uma visão estratégica privilegiada, o que lhe permitia avaliar com clareza os problemas que afligiam e poderiam produzir resultados desastrosos para a Grã-Bretanha no tocante à *credibilidade* e ao *valor* de seu Poder Naval.

No final de 1904, após assumir as funções de primeiro lorde, deu início a uma transformação radical da Marinha britânica, a despeito das reações dos “conservado-

res”. A maioria dos navios integrantes da chamada Esquadra Reserva foi desativada em definitivo. Ocorreu o fechamento de bases de apoio naval no exterior, atendendo aos critérios do custo x benefício.

Como resultado, 134 navios de guerra foram eliminados, o que possibilitou maior disponibilidade de recursos financeiros e humanos.

Seu maior mérito, todavia, foi a criação de um novo e inédito modelo de encouraçado que, de imediato, tornou obsoletos todos os similares existentes: o *dreadnought*.

Em resumo, era a aplicação coordenada e lógica de todos os progressos tecnológicos alcançados (e alguns ainda estavam no estágio de projeto) quanto à propulsão, armamentos, couraça, autonomia, controle de avarias, velocidade e sistemas de direção de tiro.

O novo modelo representava um salto para o futuro, antecipando-se às possíveis criações dos arquitetos navais dos prováveis inimigos da Grã-Bretanha. Em especial ficava anulado, ou retardado, o meticuloso programa de Tirpitz; era evidente também que a Alemanha e as outras nações iriam adotar o exemplo britânico, mas o fator tempo passou a ser favorável à Rainha dos Mares.

A despeito dos custos envolvidos pela iniciativa de Fischer, o que enfraqueceu ainda mais a capacidade financeira britânica, em 1914, ao ter início a Primeira Guerra Mundial, continuava evidente a superioridade britânica em termos de valor e qualidade de suas forças navais^{NA-33}.

primeiro lorde em 1904. Reorganizou a Esquadra britânica e a administração dos estaleiros; criou novos programas para a construção de vários modelos de navios de superfície e submarinos. Foi responsável pelo desenvolvimento do *dreadnought* e dos cruzadores de batalha da classe *Invencible*. Opôs-se ao plano de Churchill para ocupar a capital turca por meio do emprego amplo de meios navais. Sua reação provocou o seu afastamento definitivo da administração naval. Ver Hough, Richard. *Admiral of the Life of John Fisher*. Nova Iorque: Macmillan, 1970.

^{NA-33} Winston Churchill, então secretário do Interior, expressou de maneira irônica o dilema enfrentado pelo governo britânico quando da análise das proposições do Almirantado (e Fischer em particular) em relação ao número de encouraçados a serem construídos *vis-à-vis* às carências financeiras do governo: “O Almirantado pedia seis navios; os economistas propunham apenas quatro; finalmente nós adotamos como solução de compromisso a construção de oito navios”. Ver Keagan, *op. cit.*



HMS *Dreadnought*, precursor de uma nova era da guerra no mar (ver Huogt, *op. cit.*)

O NOVO IMPÉRIO

De modo geral, quando são analisados os eventos de independência nas colônias européias do continente americano a partir dos meados do século XVIII, pouca atenção tem sido dada a uma de suas características mais importantes.

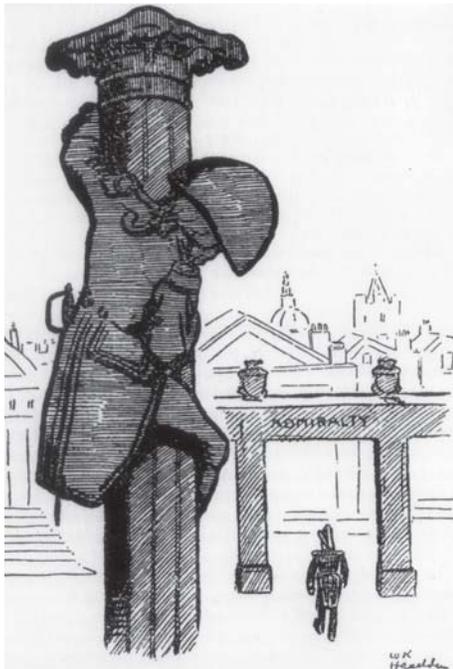
Refiro-me às dimensões do espaço físico ocupado pelos distintos grupamentos humanos que, por variadas circunstâncias, decidiram separar-se das nações que lhes deram origem.

Quanto a este aspecto, trata-se de um acontecimento inédito na história da humanidade e, em particular, na história da Civilização Ocidental: todo um continente “descoberto”, ocupado e explorado por europeus transformou-se, no decorrer de algumas décadas, em um grupo de nações independentes, dentre as quais surgiu o atual poder hegemônico.

Uma análise quanto às dimensões do espaço físico que passou a representar o território das novas nações americanas no momento de sua independência, ou nas configurações atuais, permite-nos concluir que, ao passar do tempo, ocorreram três processos determinantes das realidades com que convivemos: **consolidação, desagregação e conquista**.

O processo de **consolidação** teve como exemplo único o Brasil. Sem a necessidade de guerras acirradas e prolongadas, herdamos nosso atual território cujas fronteiras já estavam praticamente definidas pelos portugueses. Coube-nos a tarefa de integrar as “ilhas” cultural e fisicamente isoladas em decorrência das práticas de colonização adotadas por nossos descobridores.

À Marinha Imperial recém-criada, e sem dispor de uma cultura marítima própria, competiu representar o instrumento pri-



Nelson (na *Trafalgar Square*)

“Eu estava descendo para ajudar a Marinha;
mas se Fisher assumir não será necessária
minha participação,
voltarei para o meu pedestal.”
(Publicado no *Daily Express*
– ver Houg, *op. cit.*)

mordial para a consecução desse objetivo^{NA-34}.

O processo de **desagregação**, também único, fica claramente demonstrado pelo que ocorreu com as colônias espanholas disseminadas na América do Sul, América Central e América do Norte.

Sem a menor dúvida, esse imenso território era composto de “ilhas” cultural e fisicamente separadas.

Diferentemente do caso brasileiro, todavia, as colônias espanholas, de modo geral, tiveram oportunidades mais amplas na área da educação. A meu ver, essa realidade proporcionou direta e indiretamente um contato mais íntimo com os ideais e os fatos que se sucediam no continente europeu como conseqüência dos efeitos do Iluminismo e da Revolução Francesa.

Assim sendo, surgiram lideranças também isoladas, com idéias próprias e visões diferenciadas quanto ao futuro das colônias^{NA-35}.

O resultado todos conhecemos: a desagregação do Império espanhol nas Américas, uma condição ainda não plenamente consolidada quanto à questão de fronteiras e da convivência pacífica.

A contribuição de um Poder Naval em fase de criação foi igualmente imprescindível para a consecução dessas independências, ainda que também sofrendo os efeitos da desintegração.

O processo de **conquista** aplica-se unicamente aos Estados Unidos.

Mesmo que levando em conta as observações de Raphael Ray no sentido de que “com criatividade, mas sem muita exatidão, inventamos um passado que gostaríamos de ter tido”, quanto às possíveis versões da história dos Estados Unidos, é possível delinear a seqüência lógica da singradura percorrida desde as Treze Colônias até a configuração atual do território norte-americano^{NA-36}.

Em primeiro lugar, tornava-se necessário subjugar, ou eliminar, as populações indígenas que representavam uma barreira para o seu expansionismo. Entre 1790 e 1915, de acordo com o Departamento de

^{NA-34} A incorporação do Acre, no início do século XX, e os ajustes de fronteiras em decorrência dos conflitos no Prata, da Guerra do Paraguai e dos acordos diplomáticos não representavam ganhos ou perdas significativos quando comparados ao tamanho de nosso território no momento da Independência.

^{NA-35} Em contraste com a realidade brasileira, por exemplo, a Universidade de Lima foi criada em 1551 e a Universidade de Bogotá em 1569.

^{NA-36} Ver *RMB*, vol. 128, 01/03, jan/mar 2008, p. 44.

Guerra dos Estados Unidos, ocorreram 52 guerras entre o Governo e as comunidades indígenas. Desde pequenas escaramuças até batalhas com a perda de milhares de vidas, a conclusão foi de que os indígenas eram fracos e desorganizados para conter o avanço do “homem branco”.

Como resultado, e em termos do raciocínio processual sempre presente no pensar norte-americano, foram assinados 363 Tratados de Paz, pelos quais ficou garantida “legalmente” a posse de imensas áreas naquele continente^{NA-37}.

A guerra de 1812, contra a Grã-Bretanha, seria a etapa seguinte, de acordo com uma seqüência lógica.

Sua motivação, conforme anunciada pelo governo norte-americano, foi “a garantia do comércio marítimo livre e a defesa dos direitos dos marinheiros”.

É verdade que o prolongado conflito entre a França napoleônica e a Grã-Bretanha, conforme mencionei anteriormente, interferiria no comércio marítimo dos Estados Unidos, isto significando o apresamento de cargas e o recrutamento forçado de tripulantes de seus navios.

Na realidade, porém, o verdadeiro motivo para a guerra era a possibilidade da conquista do Canadá (devido ao engajamento britânico nas guerras contra Napoleão) e a ocupação das duas Flóridas (aproveitando-se dos problemas políticos da Espanha)^{NA-38}.

Os acontecimentos na Europa, todavia, frustraram as previsões norte-americanas.

O fracasso napoleônico na Rússia traduziu-se em maior disponibilidade britânica para o enfrentamento com os Estados Unidos.

Após dois anos de guerra, Washington havia sido incendiada pelos britânicos; Baltimore representou a última linha de resistência contra a ofensiva inimiga e os ataques ao território do Canadá não produziram os resultados esperados.

Mesmo assim, a guerra de 1812, conforme explicada por alguns analistas, não representou uma derrota para os norte-americanos. A antiga metrópole havia sido novamente enfrentada e, ainda que vitoriosa, os Estados Unidos mantiveram sua Independência.

É verdade que as exigências britânicas iniciais para um Tratado de Paz foram extremamente rigorosas e, inclusive, exigiam a cessão de parcelas significativas dos territórios norte-americanos já conquistados.

Ao final, porém, a Grã-Bretanha, exaurida por seu contínuo conflito de quase 25 anos com a França, foi reduzindo aos poucos suas exigências, e no acordo final assinado em 24 de dezembro de 1814 foram mantidas as fronteiras existentes. As pretensões norte-americanas, todavia, quanto à liberdade de seu comércio marítimo e ao recrutamento forçado entre suas tripulações não foram atendidas.

Com relação à Espanha, os movimentos pró-independência em suas colônias no continente americano e a necessidade de uma intervenção enérgica reduziram ainda

^{NA-37} Por exemplo, pelo Tratado de Greenville, de 1795, uma dezena de tribos indígenas “cedeu” aproximadamente dois terços do que é atualmente o estado de Ohio, além de áreas em Michigan e Indiana. Pelo Tratado de Vincennes, de 1803, os índios kaskakias foram privados da metade do atual território de Illinois. Pelo Tratado de Fort Clark de 1808, os “osagos” tiveram que abrir mão de uma área entre os rios Arkansas e o Missouri, que agora compreende o estado de Arkansas e dois terços do estado de Missouri. Ver Lens, Sidney. *A Fabricação do Império Americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. Meu texto inclui as considerações do autor.

^{NA-38} Na época existiam duas Flóridas. A Flórida Oriental abrangia o que é atualmente o estado da Flórida. A Flórida Ocidental consistia de uma faixa de terreno ao longo do Golfo do México, desde Baton Rouge até o Rio Perdido. Ver Lews, *op. cit.*

mais sua capacidade de reação diante das investidas norte-americanas.

Assim sendo, na tentativa de ampliar sua presença principalmente na América do Sul, a Espanha optou por ceder aos Estados Unidos as duas Flóridas.

A ocupação do Texas seria o próximo passo, o que abriria o caminho para o Pacífico. Os pioneiros, ou os “homens de fronteira”, foram os atores principais para a obtenção do que era pretendido.

Ultrapassadas as fronteiras reconhecidas, deram início à ocupação da enorme área despovoada do norte do México e do noroeste do litoral do Pacífico.

Sua presença e as diferenças culturais e religiosas com os ocupantes iniciais daqueles territórios provocaram reações violentas e, inclusive, a criação do Estado Independente do Texas. Em 1845, após uma série de incidentes com o governo mexicano, o Texas foi anexado, tornando-se o 28º estado da nação norte-americana.

Restava o problema da Califórnia e do Novo México, que consolidariam uma presença ampla e definitiva norte-americana nos litorais do Pacífico. A guerra de 1846 a 1848 entre Estados Unidos e México concretizou ao final a posse norte-americana de uma área terrestre maior que a soma dos territórios da França e da Alemanha.

É interessante observar que uma das causas determinantes da Guerra de Secessão foi a apropriação dos novos territórios e a necessidade da mão-de-obra escrava para sua exploração.

Segundo Samuel Elliot Morison, “sem a guerra do México não teria havido nenhuma Guerra de Secessão e pelo menos não em 1861”^{NA-39}.

A Guerra de Secessão (1860-1865) tem merecido diferentes interpretações quanto a suas origens e, inclusive, no tocante ao seu título. Fala-se de Guerra Civil como se aquele conflito resultasse apenas de uma divergência de visões políticas (calcadas, ou não, em interesses econômicos) entre duas parcelas de uma mesma sociedade.

Na medida em que um dos partícipes da guerra adotou todos os requisitos que consubstanciam a existência de uma nação organizada (Governo, Legislativo, representação externa, símbolos tradicionais, forças armadas perfeitamente estruturadas), não seria possível, a meu ver, minimizar o significado da tentativa de separação que havia sido estabelecida.

Parece-me mais lógico considerar que a Guerra de Secessão representou uma confrontação entre duas realidades culturais que se estruturaram paulatinamente como resultado da presença diferenciada de europeus, assim como dos métodos adotados para a apropriação e aproveitamento dos recursos naturais ou desenvolvidos no território norte-americano.

A necessidade da mão-de-obra escrava, por sua vez, mereceu inicialmente o mesmo enfoque pelos dois atores: aos poucos, por questões de crença religiosa, da influência do liberalismo, da diversificação das atividades econômicas e das características diferenciadas do meio ambiente, esta necessidade criou visões diferenciadas e objetivos específicos que contribuíram para o estabelecimento de um conflito^{NA-40}.

De qualquer maneira, a meu ver, o resultado mais significativo da Guerra de Secessão foi a confirmação de uma real capacidade dos Estados Unidos, os quais pas-

^{NA-39} Ver Lens, *op. cit.*

^{NA-40} Proporia que, em outros termos, a Guerra de Secessão representou um conflito entre uma cultura com razoável influência latina (o Sul) e uma cultura predominantemente anglo-saxônica (o Norte).

saram a dispor, a partir daquele momento, de uma base física integrada com imensos recursos a serem aproveitados em seu benefício, de uma robusta estrutura industrial ampliada durante o conflito e da predominância do pensar anglo-saxônico, moldado em princípios religiosos peculiares.

Por certo, o enfrentamento militar produziria também um aperfeiçoamento dos métodos de guerra e, especialmente, dos meios a serem empregados em um conflito armado.

A GUERRA ESTADOS UNIDOS – ESPANHA

Muito se tem discutido, em várias análises, quanto às divergências de opinião da sociedade norte-americana em relação à adoção do isolacionismo, ou do expansionismo, nas décadas seguintes à Guerra de Secessão.

A meu ver, o interesse pelo comércio marítimo demonstrado desde a implantação das Treze Colônias e, por via de conseqüência, isto significando uma presença consciente e abrangente no Oceano Mundial, indicam claramente os objetivos predominantes no pensar de parcela ponderável daquela sociedade. Uma atividade que sempre exigiu, também, a existência de um Poder Naval, diminuto é possível, mas que possuísse credibilidade.

Ainda que criado nos momentos iniciais da Guerra da Independência e tendo de enfrentar a maior potência naval da época, é válido afirmar que, na medida de suas possibilidades, esse Poder Naval contribuiu para os resultados alcançados. O mesmo poderia ser dito quanto à guerra de 1812.

A partir desse último evento e de maneira progressiva, sempre ocorreu a presença, quando necessária e oportuna, do Poder Naval norte-americano no Oceano Mundial.

Os ataques aos piratas de Trípoli e Argel no início do século XIX; as incursões de 1822 a 1825 em Cuba; na Grécia em 1827; nas Ilhas Falklands em 1831-1832; na Sumatra em 1832; na Argentina em 1833; no Peru em 1835-1836 e nas guerras na China, 1854-1856 comprovam essa realidade.

A célebre abertura dos portos do Japão em 1852, imposta pelo comodoro Matthew Perry, ficou plenamente explicada por sua consideração de que “a honra da nossa nação o reclama e os interesses de nosso comércio o exigem”.

“Considerando as possessões imperiais de nosso grande rival marítimo, a Inglaterra... deveríamos estar atentos quanto à necessidade de pronta ação de nossa parte”^{NA-41}.

É provável, inclusive, que o debate entre isolacionismo e expansionismo se resumisse na necessidade de uma definição clara quanto à amplitude desse expansionismo.

A aquisição do Alasca em 1867 e o progressivo processo de incorporação do Havai iniciado em 1821, além da presença comercial na Indochina desde 1795, parecem representar indícios de uma nova visão especificamente quanto à importância do Pacífico.

Mahan, nesse contexto, assumiu a missão de orientar o pensamento norte-americano quanto a essa importância, assim como das ameaças que poderiam ser geradas a partir do Pacífico caso não houvesse uma presença norte-americana à altura de seus interesses nacionais.

Se examinarmos em conjunto duas de suas obras, *A Influência do Poder Marítimo na Historia* e *O interesse da América quanto ao Poder Marítimo*, podemos identificar sua linha de raciocínio interligando as colônias espanholas no Caribe (especificamente Cuba e Panamá) e as Filipinas.

^{NA-41} Ver Lens, *op. cit.* Ver Maclay, Edgar Stanton. *A History of the United States Navy form 1775 to 1898* (2 vol). Nova Iorque: Appleton & Co., 1898. Ver Shippen, Edward. *Naval Battles and a New Navy*. Nova Iorque, 1898.

Sua posse proporcionava aos Estados Unidos não apenas o nível de segurança externa adequado, como também o apoio imprescindível ao seu Poder Naval, já agora, prioritariamente, de emprego oceânico.

Sem dúvida, suas proposições foram plenamente absorvidas pelos líderes americanos mais influentes^{NA-42}.

A intervenção em favor da independência de uma ilusória dependência de

Cuba e a explosão do “Maine” (atribuída aos espanhóis) determinaram a guerra contra uma Espanha em contínua decadência. A posse, dita provisória, das Filipinas como conseqüência da vitória na guerra contribuiu para o estabelecimento de novos parâmetros que iriam demarcar de maneira categórica a presença norte-americana (especialmente naval) na ambiência do Pacífico.

CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<HISTÓRIA> / História Marítima; Guilherme II; Tirpitz, Alfred von; Fisher, John Arbuthot;

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ABBOT, John. *Prussia and the Franco Prussian War*. Philadelphia: B.B. Russell, 1872.
2. ASADA, Sadad. *From Mahan to Pearl Harbor*. Annapolis: Naval Institute Press, 2006.
3. AUBRY, Octave. *Saint Helene*. Rio de Janeiro: Irmãos Pongetti, 1946.
4. DUROSELLE, J.B. *A Europa de 1815 aos nossos dias*. São Paulo: Livraria Pioneira, 1976.
5. HOBSBAUM, Eric. *A Era das revoluções*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006 (20ª edição).
6. HOUGH, Richard. *Admiral of the Fleet: the life of John Fischer*. Nova Iorque: Macmillan, 1970.
7. LENS, Sidney. *A fabricação do Império Americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
8. MACLAY, Edgar Stanton. *A History of the United States Navy from 1775 to 1898* (2 vol). Nova Iorque: Appleton & Co., 1898.
9. MAHAN, Alfred Thayer. *The Interest of America in Sea Power*. Freeport: Books of Libraries Press (1897), nova edição 1970.
10. MORDAL, Jacques. *25 Centuries of Sea Warfare*. Londres: Abbey Library, 1959.
11. MORRIS, Jame. *Pax Britannica: the Climax of an Empire*. Nova Iorque: Hartcourt, Brace & World, 1968.
12. STEPHEN, Edward. *Naval Battles and our new Navy*. Nova Iorque, 1898.

^{NA-42} Em 12 de maio de 1890, Theodore Roosevelt, em uma carta para Mahan, declarava: “Nos últimos dois dias despendo metade do meu tempo, ocupado como sempre estou, em ler o seu livro, e para demonstrar o interesse que ele despertou para mim, não consegui interromper minha leitura até o seu final... É uma excelente obra e eu estarei totalmente errado se ela não se transformar em um clássico naval”. A obra mencionada era *A Influência do Poder Marítimo na História*. Ver Mahan, Alfred Thayer. *The Interest of America in Sea Power*. Freeport: books for libraries Press (1897), nova edição, 1970. Ver Asada Sadad. *From Mahan to Pearl Harbor*. Annapolis: Naval Institute Press, 1206.